

Textos para Discussão FEE N° 122

Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Os impactos da imigração espanhola no desenvolvimento econômico e territorial do Estado do Rio Grande do Sul (RS) no século XX

Roberto Rodolfo Georg Uebel

Porto Alegre, julho de 2014



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Secretário: João Motta



**Fundação de
Economia e
Estatística**

DIRETORIA

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Renato Antonio Dal Maso

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Dulce Helena Vergara

Informações Estatísticas: Juarez Meneghetti

Informática: Valter Helmuth Goldberg Junior

Documentação: Tânia Leopoldina P. Angst

Recursos: Maria Aparecida R. Forni

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, ou de interesse da instituição, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. Todas as contribuições recebidas passam, necessariamente, por avaliação de admissibilidade e por análise por pares. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>

Os impactos da imigração espanhola no desenvolvimento econômico e territorial do Estado do Rio Grande do Sul (RS) no século XX

Roberto Rodolfo Georg Uebel

Graduado em Ciências Econômicas pela UFSM
Mestrando em Geografia pela UFRGS

Resumo

O artigo trata dos impactos econômicos, sociais e ambientais da imigração espanhola no RS. Os procedimentos metodológicos partem de uma abordagem interdisciplinar acerca da inserção da imigração espanhola no território gaúcho, culminando com a abordagem de elementos da literatura acerca do desenvolvimento territorial. O método analítico baseou-se em informações quantitativas de Anuários, Cadastro de Registro de Estrangeiros e a obtenção de informações através da Embaixada brasileira na Espanha, dados da FEE e IBGE, que foram fundamentais para a determinação do método empregado nessa indexação analítica: o Sistema APOIA-NovoRural. O instrumental, vis à vis a análise interdisciplinar e territorial, permitiu concluir que a imigração espanhola no RS teve um caráter não só econômico e político, mas principalmente territorial, de caráter ocupacional, e foi determinante para a industrialização da Região 2 do estado, enquanto a Região 3 foi a que mais sofreu os impactos territoriais dessa imigração.

Palavras-chave: Imigração espanhola, desenvolvimento territorial, RS.

1 Introdução

A imigração sempre foi um tema que envolveu olhares da ciência sob diversos espectros, causou interesse, repúdio, necessidade, e chegou ao ponto de tornar-se um campo restrito de algumas ciências. A própria ciência econômica mostrou-se receptiva ao estudo das migrações em proporções menores, realizando majoritariamente estudos acerca de determinantes microeconômicos das imigrações e uma pequena abordagem na literatura econômica clássica, mas sempre com escopo ligado às questões matemáticas, afastando-se de interpretações que partissem da historiografia econômica e de aspectos sociológicos, territoriais e ambientais que envolvem o estudo das migrações.¹ Vislumbra-se, portanto, uma lacuna a ser preenchida pela ciência econômica em sua contribuição ao desenvolvimento do pensamento universal: a especificidade dos impactos econômicos territoriais decorrentes dos movimentos migratórios.

Este artigo tem como objetivo a investigação, descrição e explicitação das principais causas e consequências do processo imigratório espanhol no estado do Rio Grande do Sul durante o século XX e primeira década do século XXI – para a análise gráfica da última seção – e suas especificidades no contexto do impacto econômico e territorial e

¹ Este artigo apresenta uma reelaboração combinada à síntese da abordagem discutida na monografia de graduação no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) de Roberto Uebell, sendo agraciada pelo Prêmio CORECON do ano de 2013, como segunda melhor monografia de graduação em Ciências Econômicas no estado do RS. No intuito de garantir o aprofundamento necessário à compreensão do fulcro analítico da monografia, optou-se pela abordagem circunscrita aos aspectos da imigração espanhola no RS. O trabalho foi orientado pelas professoras Dra. Rita Inês Paetzhold Pauli (Departamento de Ciências Econômicas/UFSM) e Dra. Marlise Amália Reinehr Dal Forno (Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS)

na concatenação de fenômenos que levaram ao desenvolvimento e ao próprio crescimento dessa unidade da federação para o referido período em análise.

2 Breves explicações acerca da imigração espanhola no Estado do Rio Grande do Sul

A abordagem da imigração espanhola – não só em território sul-rio-grandense, mas também em toda América Latina –, conforme já ensejado na introdução do presente trabalho, encontra dificuldades para parametrizar e catalogar, de forma historiográfica ou antropológica, os grupos de imigrantes espanhóis que aportaram por essas terras desde o século XVI, consoante aborda Regina Weber et al.:

Justamente o fato de serem antigos ocupantes do território e de sentirem-se, portanto, à vontade, na sociedade regional, fez com que espanhóis, assim como os portugueses, tivessem menos necessidade de criar instituições para defender seus interesses (o número de entidades e associações criadas por descendentes de imigrantes italianos e alemães no Rio Grande do Sul é bem maior). E, por terem se incorporado à população, os espanhóis e seus descendentes também não constituíram comunidades relativamente fechadas ou “colônias”. Um outro aspecto a considerar é que a presença de imigrantes da América espanhola no Brasil, que se identificam pelo país de origem, principalmente Argentina e Uruguai, torna mais difícil aos brasileiros, devido à semelhança linguística, distinguir os imigrantes espanhóis dos americanos hispânicos. (WEBER et al., s/d, p. 1).

Weber et al. nessa citação seguem a tendência dos pesquisadores paulistas ao escreverem que os imigrantes espanhóis não formaram grupos ou comunidades da mesma forma que alemães e italianos – em sua maioria – o fizeram em todos os territórios brasileiros em que se alocaram. Prochnow (2009) interpreta esse não surgimento de comunidades específicas de imigrantes espanhóis no Rio Grande do Sul como uma alusão ao típico anarquismo espanhol:

Compreendendo-se a organização social através do uso das coletivizações e das cooperativas, de comitês e de sindicatos, os anarquistas sempre abdicaram de concorrer ao poder uma vez que a autoridade que emana das estruturas do Estado são viciadas: o Estado é a obra da própria sociedade que se aliena. (PROCHNOW, 2009, p. 37).

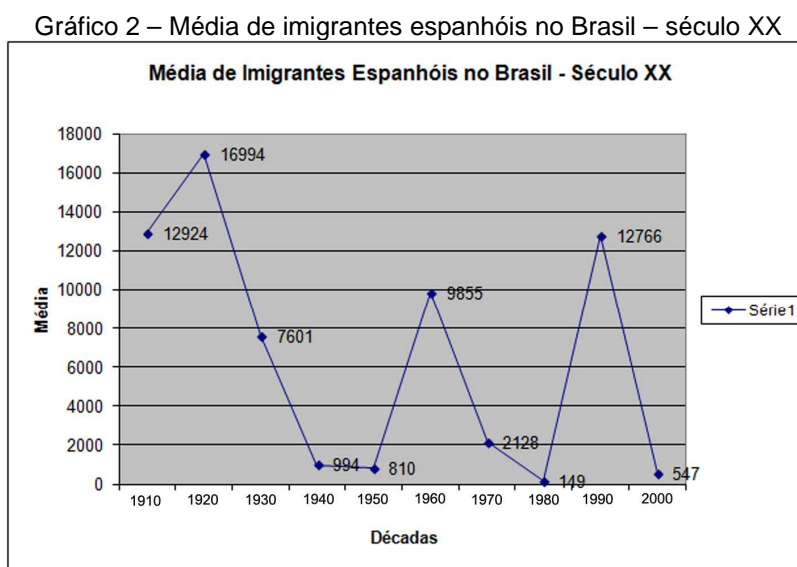
Realizada essa consideração acerca da não instauração de coletividades de imigrantes espanhóis em seus territórios receptores, o presente trabalho segue à luz da análise dos municípios em que se instalaram com primazia os grupos espanhóis no Rio Grande do Sul, caracterizadamente por municipalidades fronteiriças, sendo as principais receptoras de espanhóis, conforme aponta Angel Gómez del Arroyo (1958): Porto Alegre, Pelotas, Bagé, Lavras do Sul e Santana do Livramento.

Ao abordar a imigração espanhola na contemporaneidade, entre o século XIX e XX, Arroyo (1958) afirma que tal imigração não se deu por grandes levas de cidadãos espanhóis, como ocorrera em São Paulo desde 1885, mas de indivíduo em indivíduo:

[...] desciam da Bahia, Rio ou São Paulo. Mesmo os que vinham diretamente da Península, pelo porto do Rio Grande, penetravam sem maiores exigências, quase não deixando traços documentais da chegada. Tanto pelas fronteiras secas como pela marítima, coavam-se de indivíduo em indivíduo: era o espanhol radicado no Rio Grande que após trabalhar e prosperar, mandava vir, por carta, um irmão mais moço ou um sobrinho; ou era aquele que, rico, voltava à terra natal em visita, e, a rogo de parentes ou vizinhos, consentia em trazer para o Brasil um ou mais adolescentes do lugar. (ARROYO, 1958, p. 240).

A fuga ao alistamento militar obrigatório, particularmente em períodos em que a Espanha travava luta com suas colônias africanas, motivou uma imigração clandestina de jovens. Segundo Arroyo (1958) e Weber (2010a), a Proclamação da República no Brasil, ao favorecer a naturalização, intensificara o processo de abasileiramento dos sobrenomes espanhóis, processo, de resto, já facilitado pela semelhança ortográfica dos patronímicos espanhóis e portugueses. Consoante à linguagem antropológica, os imigrantes perdiam em grande massa uma parte de seu signo identitário espanhol.

É patente notar que a média de imigrantes espanhóis no Brasil oscilava ao longo dos decênios do século XX, conforme se observa no gráfico abaixo:



A importância da imigração espanhola no *ranking* dos maiores contingentes migratórios para o Brasil variou, não apenas em números absolutos, mas principalmente devido ao ingresso crescente de outros grupos da chamada “imigração contemporânea”. Em um levantamento dos imigrantes que ingressaram na Província do Rio Grande do Sul em 1891 e 1892 – menos de dez anos depois do início da imigração espanhola ao Brasil -, os espanhóis estão em terceiro lugar, seguindo os alemães e italianos, cuja porcentagem é maior que 60% (WEBER, 2010a). Todavia, pelos dados dos Censos de 1920-1960, eles ocupam a oitava posição dentre os estrangeiros, sendo superados por italianos, alemães, poloneses, russos, portugueses, uruguaios e argentinos (em posições variadas). Diante desses números, a historiografia rio-grandense argumenta que os espanhóis possuem uma visibilidade compatível com sua expressão numérica no estado.

As considerações alinhadas sobre essa imigração para o Sul do Brasil a diferenciam de um contexto específico da imigração espanhola para o estado de São Paulo, o da imigração para os cafezais paulistas nas primeiras décadas do século, ainda que autores paulistas tenham partido de motivações semelhantes: a escassa visibilidade do imigrante espanhol que se destinou àquele estado, expressa em um número reduzido de investigações comparativamente aos estudos dedicados a outros contingentes migratórios.

Complementando, Arroyo (1958) fala sobre o processo de amalgamação dos imigrantes espanhóis no Rio Grande do Sul:

[...] é rápido e natural. Ainda aqui, mais acentuado e rápido quando mais jovem for o imigrante. Disso deriva um corolário: a completa ausência de quistos ou núcleos raciais espanhóis; isto apesar de marcante personalidade dos espanhóis como nação e do culto que dedicam a todas manifestações de arte e folclore da sua pátria. (ARROYO, 1958, p. 247).

Mesmo que esse processo descrito como amalgamação possa ser interpretado à luz de um sentido cultural e sociológico, é mister destacar o número de casamentos mistos registrados à época, conforme aponta Weber (2010b) em sua pesquisa.

Integração rápida à sociedade mais ampla, dispersão, mistura com a população local, alteração na grafia dos nomes, associação às instituições nativas são as ponderações de Klein (1994) sobre a imigração espanhola no Brasil e também adaptadas ao Rio Grande do Sul: ao contrário do que ocorrera em especial com os italianos e alemães, não houve bairros tipicamente espanhóis ou dominância em vilas ou colônias.

As circunstâncias apontadas oferecem dificuldades específicas à formação de lideranças étnicas interessadas em exercer poder sobre a comunidade, formulando um discurso que “anuncia ao grupo a sua identidade socioeconômica”, impondo-lhe uma visão única da sua identidade. O velho republicanismo que animara as lideranças espanholas mais expressivas das primeiras décadas do século foi adquirindo vieses anarquistas a partir da década de 1940 e não poderia mais servir de elo identitário à comunidade, agora ideologicamente polarizada, inclusive em aspectos econômicos e comerciais.

O governo espanhol também passou a incentivar a criação de institutos de cultura hispânica, como o que surgiu no Rio Grande do Sul e que, desde o seu primórdio, atuou em instituições educacionais e culturais do estado, dentre elas, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Weber (2010a) argumenta ainda que existe uma hispanidade além-mar, assim como existe uma italianidade e um pangermanismo. Território fronteiriço, destinado por vários séculos a marcar os limites entre a América portuguesa e a espanhola, tendo recebido muitas levas de imigrantes nos séculos XIX e XX e crescentes contingentes de imigrantes no final do século XX e início do século XXI, o Rio Grande do Sul, na visão dessa autora, poderia ser um ambiente para o desenvolvimento dessa representação de hispanidade, o que será abordado nas próximas subseções.

2.1 A inserção da população imigrante espanhola no território gaúcho

Revedo o regionalismo, que até a contemporaneidade caracteriza a população da Espanha, os espanhóis, ao chegarem aqui, segundo Iolanda Vargas (1979), assumiram obrigações de tamanha transcendência no país aonde vieram residir, chegando a descaracterizar esse traço característico, o qual foi sobrepujado por qualidades como carisma, lealdade, trabalho, e respeito para com a nação que elegeram como segunda pátria, aliadas ao dever de lutar por seu progresso e bem-estar, tanto na parte cultural como na econômica e social.

Wilma Krieling também aponta as origens dos espanhóis que fizeram partícipe a sua presença no Rio Grande do Sul por meio de Vargas (1979):

[...] nascidos em qualquer rincão da Espanha, como nas planícies de Castilha, de amplos horizontes sem fim [...]; ou oriundos do duro Aragão, onde, ao jurar aos reis, se fazia constar, com um fino sentido de cidadania [...]; ou, quem sabe, seu berço tenha sido a vigorosa Astúrias, que haveria de iniciar o movimento de reconquista da Espanha, expulsando os árabes invasores de suas terras; ou talvez procedesse da Andaluzia, primeiro centro de ciência na Europa [...]; ou vieram da Catalunha, terra de conquistadores e valentes capitães do mar [...]. (KIELING, 1979 apud VARGAS, 1979, p. 27).

É importante ressaltar nesse fragmento as características desse grupo imigrante de distintas partes do território espanhol que vieram configurar as especificidades da própria imigração ao estado do Rio Grande do Sul. Pode-se analisar, nesse sentido, de forma incipiente, que as características dessas regiões autônomas foram replicadas no território gaúcho, ponto este de análise na próxima seção.

Vargas (1979) e posteriormente Prochnow (2009) realizaram a descrição das atividades sociolaborais desses imigrantes espanhóis que se encaminharam ao Rio Grande do Sul, sendo esses registros necessários para configurarmos nosso padrão de análise. Suas profissões, mesmo que modestas, deram grande impulso ao desenvolvimento do estado, nas mais diversificadas áreas.

Na pecuária, a zona de fronteira – Bagé, Santana do Livramento e Uruguaiana – conserva, até os dias de hoje, numerosas famílias espanholas com seus descendentes. Na agricultura, muitos foram os que, nas encostas de Bento Gonçalves, se estabeleceram e prosperaram (VARGAS, 1979).

À zona carbonífera de São Jerônimo, Butiá e Arroio dos Ratos, a colônia espanhola levou o progresso, lançando as bases da prosperidade econômica e cultural da contemporaneidade. Vargas (1979) faz o registro de que essa colônia foi a responsável pela grande empresa mineral existente na região até hoje, levando consigo uma conclusão: “foi nas cidades gaúchas que a presença do espanhol se fez sentir com maior intensidade” (VARGAS, 1979, p. 28-29).

Nos registros do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, consta que todos os imigrantes espanhóis tinham um trabalho especializado: alfaiates, carpinteiros, ourives, mamoeiros, ferreiros, barbeiros, jornalistas, gráficos comerciantes, artistas, professores, pedreiros; logo, observa-se que todos encontraram no estado um campo fértil para dar vazão à sua ânsia de prosperar.

Eles vinham da Europa, marcados por muitas diferenças sociais, econômicas e ideológicas. Por terem uma qualificação profissional, manifestam as suas ideologias e lutam pela igualdade social. Suas ideias têm grande receptividade junto à classe operária assalariada, conforme já foi abordado por Klein (1994).

No começo do século XX, movimentos grevistas começam a aparecer entre 1906 e 1917 e tornaram patente suas reivindicações na organização sindical estadual. Os espanhóis aqui no Rio Grande do Sul, confirmando a análise de Arroyo (1958), não formaram lideranças políticas nem chegaram a formar sindicatos.

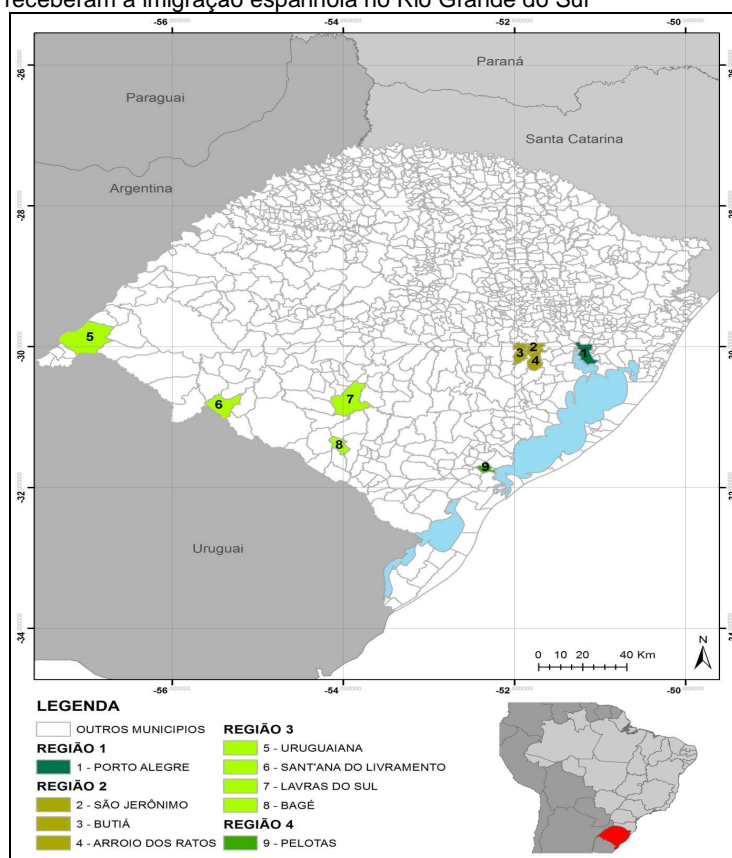
Sua participação foi ativa dentro dos sindicatos nacionais brasileiros, pela experiência da atuação que traziam dos sindicatos de sua terra de origem, independentemente da região autônoma de que provinham, e mesmo pela forte ideologia do anarquismo, que contribuiria inclusive para suas especificidades econômicas, que muitos traziam dentro de si, sempre contrários às desigualdades existentes na sociedade. Vargas expõe como era a vida do imigrante espanhol recém-chegado ao Rio Grande do Sul:

Seus primeiros passos foram marcados pelo trabalho duro, de sol a sol, ganhando pouco e enfrentando muitas privações. Construindo inicialmente uma pequena casa, e à medida que

financeiramente prosperavam iam aumentando, criaram raízes profundas no solo gaúcho. Muitos vieram casados, outros, casaram-se aqui e tiveram muitos filhos e nesse afã, de levar adiante sua família, deram ao Estado tudo o que tinham: seu trabalho e seu esforço sem limites. (VARGAS, 1979, p. 30).

Observa-se nessa citação a hipótese que guia toda a pesquisa do presente trabalho: as contribuições essenciais e indispensáveis do grupo imigrante espanhol no Rio Grande do Sul, sendo importante esquematizar cartograficamente a localização das maiores colônias espanholas *lato sensu* no estado (MAPA 1).

Mapa 1 – Mapa de localização geográfica das quatro regiões que receberam a imigração espanhola no Rio Grande do Sul



Nota: Elaborado por Roberto Rodolfo Georg Uebel e Eduardo Zdanowicz.

A esse imigrante aqui chegado, procurou o governo dar-lhe condições de sobrevivência, com orientação sadia necessária, para que ele pudesse, conservando o carinho e a veneração pela pátria distante, sentimentos enaltecidos de todo o homem bem nascido e que em nada se opõe ao respeito e ao afeto natural para com o país de adoção, pela convivência produtiva, estabelecer vínculos e laços cada vez mais estreitos, e para que pudéssemos juntos, nacionais e estrangeiros, neste território de grande miscigenação, construir o *progresso* que hoje se insere o estado do Rio Grande do Sul.

Observando o mapa acima, tem-se que a imigração espanhola concentrou-se no estado em forma de “L” invertido, tendo suas grandes colônias na região e fronteira sul e na região metropolitana na parte do Delta do Jacuí

próxima à região carbonífera, incluindo a capital Porto Alegre. É importante ressaltar que esse grupo migratório orientara-se para as regiões onde os alemães e italianos não se inseriram, bem como outros grupos de imigrantes, ocupando uma área que, segundo Dacanal (1980), era o território com maior vazão demográfico da Região Sul do Brasil, indo ao encontro do que Prado Júnior escrevera sobre a imigração diferenciada no Rio Grande do Sul, com grandes fins militares e econômico-desenvolvimentistas.

3 Repercussões territoriais da imigração espanhola no Rio Grande do Sul

Observadas as questões econômicas, bem como suas especificidades, na seção anterior, cria-se assim a base para a última seção deste trabalho, o qual está diretamente ligado às hipóteses iniciais da pesquisa ponderadas durante todo o escrever deste texto para discussão: o impacto territorial da imigração espanhola no Rio Grande do Sul.

3.1 Desenvolvimento territorial e imigração

Como marco teórico, utiliza-se para esta subseção o enfoque do desenvolvimento territorial, neste caso, da paisagem do estado do Rio Grande do Sul para a análise da imigração espanhola e sua atuação nas diferentes atividades econômicas no caso específico. Adianta-se o que se verifica em Klein (1994), isto é, que o exercício de profissões e habilidades manuais por parte das comunidades imigratórias consolidou os perfis econômicos dos estados da Região Sul do Brasil.

Utilizando-se, primeiramente, da obra de Ortega e Almeida Filho (2007), verifica-se a inferência dos imigrantes como atores de um processo em que se abandona um horizonte estritamente setorial, que considera, entre outros fatores, a agricultura como o único setor de desenvolvimento das práticas imigratórias, e em que se conciliam tais atores como fundamentais no processo de desenvolvimento social do território.

Discutir desenvolvimento territorial é realizar a assunção da conflitualidade inerente e a altercação perene de interesses múltiplos e seus variados *loci* de possibilidades de concentração, ou não, de projetos em disputa em variadas escalas espaciais. A conformação de nossa estrutura social, segundo Brandão (2007), gerou uma sociedade com alto patamar de “fluidez”, onde o deslocamento ocupacional, ao lado do deslocamento econômico e geográfico, obteve êxito na geração de prestígio, qualificação e renda, ou, mais especificamente, proporcionou um conjunto de expectativas de promoção individual e das famílias, levando os fluxos migratórios internacionais a almejem tal objetivo.

A modernização acelerada do capital desencadeou um processo avassalador de migração, urbanização e burocratização que rompeu os alicerces em que se erguia a vida nacional, o que remete à inferência de Brandão (2007): se enraizamento, contexto e territorialização viraram pontos decisivos das discussões acadêmicas e políticas, é porque o mundo vinha destruindo todas as permanências.

Nessa abordagem, verifica-se que os territórios não se definem por limites físicos, mas pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social; aí reside a importância da cooperação e da partilha de conhecimentos e

experiências entre atores na formação do ambiente territorial, tendo-se como um exemplo em Abramovay (2003) o desenvolvimento diferenciado de certas regiões italianas, o que realça o papel dos atores – neste trabalho os imigrantes espanhóis – e das organizações, entre elas o Estado brasileiro como receptor e promotor da imigração durante os séculos XIX e XX, no processo de crescimento e desenvolvimento econômico territorial.

A abordagem territorial do desenvolvimento estimula e instiga o estudo dos mecanismos de governança pública subjacentes à composição e à atuação dos sistemas estruturais de desenvolvimento, o que leva ao questionamento do trabalho, ainda que não seja sua hipótese e dialética principal, sobre as políticas públicas de promoção da imigração que ocorreram ao longo dos últimos dois séculos (BARROS, 1980).

Ademais, como se propõe a questão do impacto imigratório do grupo imigrante espanhol no contexto econômico do estado do Rio Grande do Sul, o território apresenta uma ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, na relação entre os sistemas sociais e ecológicos, sendo possível a aplicabilidade deste estudo no marco teórico territorial.

Seguindo-se a lógica da problemática do desenvolvimento territorial como um desempenho econômico diferencial, a relação dos imigrantes com o seu meio advém como um fator de impacto desenvolvimentista por se dar como um fator intangível, referente à maneira como os atores sociais se relacionam entre si, tendo, novamente, crucial importância na explicação do processo de desenvolvimento.

Dando continuidade ao desenrolar das especificidades do desenvolvimento territorial como marco teórico, tem-se que a identidade cultural dos atores é uma característica fundamental a dito desenvolvimento: a abordagem do desenvolvimento econômico local destaca fundamentalmente os valores territoriais de identidade, diversidade e flexibilidade que existiram, no passado, nas formas de produção baseadas não apenas na grande indústria, mas em características gerais e locais de um território determinado (ALBUQUERQUE, 2004).

É nítido o fato de que a literatura sobre territórios e desenvolvimento territorial tem sido muito mais voltada a *policy* do que a *politics*, sendo a própria promoção da imigração uma política pública, travestida de política externa. Há pouca evidência de que o desenvolvimento econômico local enquanto tal tenha feito real diferença em qualquer lugar ou em qualquer época, nos países industrializados ou nas nações em desenvolvimento (MEYER-STAMER, 2004), por isso a escolha do Rio Grande do Sul como espaço de análise de ditas interações sócio-territoriais.

As estratégias de desenvolvimento territorial não estão necessariamente ligadas às políticas liberalizantes. No Brasil, por exemplo, essas experiências de desenvolvimento territorial passaram a ganhar maior expressão na segunda metade do século XX, casualmente quando diminuía a intensidade de imigrantes espanhóis no país. Sob um contexto de crise econômica, surgiram iniciativas buscando encontrar respostas autônomas de desenvolvimento para os espaços locais (uma nova promoção de imigrações tardias).

Assim, o fomento em alguns estados brasileiros à imigração tardia tem como base esse processo de descentralização na formulação e gestão de políticas públicas, valorizando a concentração social na busca de alternativas ao desenvolvimento. Esses novos espaços constituem-se, segundo distintos cientistas sociais, como a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil após sua redemocratização.

Sob essa nova realidade em transformação foi que a abordagem territorial ganhou importância na formulação das políticas públicas brasileiras. Assevera-se, segundo essa interpretação e consoante Graziano da Silva (2001), a importância de trazer a discussão da política pública federal para a esfera regional e local, uma vez que o processo de

desenvolvimento local traz consigo novas perspectivas de adequação das políticas públicas nacionais às peculiaridades regionais, em sua dimensão física, econômica, social e cultural (ligada à esfera da imigração neste caso), respeitando, portanto, todos os preceitos do desenvolvimento sustentável.

Sobre esse processo de fragmentação e descentralização das políticas públicas, Cardoso *apud* Ortega e Almeida Filho (2007) interpreta-o como sendo resultado de um mundo que se tornara mais complexo, no qual as discussões de desenvolvimento econômico e políticas públicas exclusivamente federais não caberiam mais, sobretudo se fosse considerado o fato de que o espaço supranacional tornava-se um domínio hegemônico na discussão das ações de temporalidade mais longa. Logo, influências culturais e econômicas externas, aliadas a políticas públicas imigratórias de terceiros, ofereciam uma terceira via complementar e indispensável à execução de novas políticas públicas; com a criação das agendas globais, o Estado-nação começa a ser obrigado a compartilhar ou aceitar decisões e diretrizes provenientes de centros de poder regionais e mundiais (IANNI, 1999).

Assim, o local adquiriu uma importância estratégica para se alcançar o desenvolvimento nacional. Os governos locais (escala subnacional) estariam em condições de atrair empresas e promover sua competitividade, fornecendo, além disso, base histórico-cultural para a integração dos indivíduos-atores, isto é, os governos locais passam a gozar de uma maior capacidade de representação e legitimidade com relação a seus representados, sendo agentes institucionais de integração social e cultural de comunidades territoriais. A ideia em voga, então, com o desenvolvimento da territorialidade e a propulsão da imigração, é inserir os territórios específicos no mercado mundial, e a construção dos espaços supranacionais vem corroborando essa tendência, a partir da qual o território emerge como uma nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação de políticas públicas.

Ressalta-se, contudo, que os atores (reportando-se sempre neste trabalho especificamente aos imigrantes espanhóis no estado do Rio Grande do Sul durante o século XX) não são meros reprodutores das estruturas em que se inserem, mas têm a capacidade de alterar a correlação de forças dentro de um determinado campo, impondo um novo padrão de relacionamento recíproco como base de sua cooperação. Tal temática é muito abordada no contexto da Economia Industrial e Institucional; contudo, torna-se um tema novo e inexplorado na formação econômica e desenvolvimento econômico sustentável, conforme apresenta-nos Fligstein (2005): as regras em torno das quais funcionam os mercados de uma determinada região refletem a correlação entre os diferentes grupos sociais que deles participam e dependem. Assim, promover o desenvolvimento territorial torna-se imperativo e árduo, pois território envolve, necessariamente, arbítrio, criação, nexos e poder, e ao substantivo “desenvolvimento” são apensados inúmeros adjetivos, conferindo a ele uma suposta multiplicidade.

O estudo dos territórios sob o ângulo das forças sociais que os compõem abre caminho para se compreender as mudanças que novas forças sociais podem imprimir à maneira como hoje se organiza o que positiva e corrobora esse estudo sobre o impacto imigratório. A incorporação das estratégias de desenvolvimento local nas políticas públicas federais pode representar um avanço no resgate de uma parcela importante de territórios deprimidos e propiciar a inserção desses espaços nos circuitos comerciais regionais, nacionais e internacional, o que nos leva a inquirir até que ponto a imigração espanhola foi determinante no desenvolvimento territorial sul-rio-grandense, posto que as experiências internacionais já comprovassem a viabilidade dessas estratégias de desenvolvimento local.

3.2 Indexando os impactos da imigração espanhola no Rio Grande do Sul

Enquanto Ruy Barbosa e José Maria da Silva Paranhos Júnior – o Barão do Rio Branco – discutiam a respeito da territorialidade na recente diplomacia republicana brasileira, ainda encontrava-se no início do seu percurso o processo de imigração ao Brasil dos grupos alemães – à época pomeranos, prussianos e westfalianos -, italianos e espanhóis, sem ter-se uma dimensão acerca de quão impactante seria a instituição da empresa imigrante no território brasileiro.

Quase dois séculos após a instauração da empresa imigrante no estado do Rio Grande do Sul, compreendida pelos grupos de poloneses, alemães, italianos, japoneses, espanhóis e distintas outras etnias, observa-se uma nova configuração territorial e econômica das regiões do estado. Conforme os registros estatísticos da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e conforme o que a própria história sul-rio-grandense nos mostra, o centro econômico do estado já esteve localizado em diversas regiões, desde a Fronteira Oeste nos séculos XVI e XVII, passando-se pela Campanha e Região Central no século XVIII, Região Metropolitana de Porto Alegre no século XIX, até a consolidação em toda região oriental do Estado no século XX.

Deste modo, pretende-se criar nesta subseção, através da metodologia de Rodrigues et al. (2003), o índice que determina e especifica os impactos da imigração espanhola no estado do Rio Grande do Sul ao longo do século XX, bem como a definição dos indicadores que compõem esse índice. O sistema APOIA-NovoRural², que será o método empregado nessa indexação analítica, consiste de um conjunto de matrizes escalares formuladas de maneira a permitir a avaliação de indicadores de desempenho ambiental de uma atividade rural, considerando cinco dimensões: i) Ecologia da Paisagem, ii) Qualidade dos Compartimentos Ambientais (atmosfera, água e solo), iii) Valores Socioculturais, iv) Valores Econômicos e v) Gestão e Administração. O estabelecimento rural constitui-se na escala espacial de análise, e como corte temporal adota-se a situação anterior e posterior à implantação (ou a área com e sem influência) da nova atividade no estabelecimento.

O sistema consta de sessenta e dois indicadores, formulados a partir de revisão de métodos de Avaliação de Impacto Ambiental descritos na literatura (BOCKSTALLER et al., 1997; BOSSHARD, 2000; GIRARDIN et al., 1999; McDONALD; SMITH, 1998; NEHER, 1992; RODRIGUES et al., 2003; STOCKLE et al., 1994), provindo de discussões e estudos realizados por esses autores. Os indicadores do método original foram selecionados, compostos e organizados de forma a cobrir uma ampla gama de efeitos ambientais diretamente definidos como impactos e aplicáveis, em sua totalidade, a quaisquer atividades rurais.

Para este trabalho, objetivando fazer uma relação econômica, ambiental e territorial, optou-se pela utilização e consequente adaptação dos seguintes indicadores abaixo, em suas três dimensões:

- Dimensão Ecologia da Paisagem:
 - diversidade produtiva (por meio do Índice de Shannon-Wiener).
- Dimensão Valores Socioculturais:
 - oportunidade de emprego local qualificado (por meio da porcentagem do pessoal ocupado);

² Optou-se por escolher esta metodologia em virtude de sua adaptabilidade a diversos meios e aplicações, não se restringindo apenas às medições de impacto ambientais puras. A íntegra de sua criação encontra-se em Rodrigues et al. (2003).

- população residente de imigrantes (por meio da porcentagem de imigrantes residentes);
- acesso à educação (número de pessoas);
- população rural (por meio da porcentagem de imigrantes residentes).
- Dimensão Valores Econômicos:
 - renda líquida do estabelecimento (PIB por imigrante);
 - qualidade da moradia (por meio da proporção dos residentes em zona urbana e rural – onde imigrantes se instalaram).

Para a criação desse índice medidor do impacto da imigração espanhola no Rio Grande do Sul, optou-se por dividir as municipalidades em quatro regiões que *a posteriori* serão usadas na construção do documento cartográfico deste trabalho, expondo as potencialidades do método e a análise dos resultados. Obviamente, cada indicador será calculado de forma individual para cada municipalidade que recebeu a imigração espanhola no Rio Grande do Sul no século XX, sendo que os municípios serão divididos de acordo com as seguintes regiões:

- Região 1: Porto Alegre.
- Região 2: Arroio dos Ratos, Butiá e São Jerônimo.
- Região 3: Bagé, Lavras do Sul, Santana do Livramento e Uruguaiana.
- Região 4: Pelotas.

É importante destacar que essas regiões foram criadas especificamente para a melhor análise e interpretação dos resultados deste trabalho, não obedecendo portanto a um parâmetro oficial geográfico de micro e mesorregiões ou a um parâmetro econômico estabelecido pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Dadas a impossibilidade de aferição e comprovação dos dados estatísticos anteriores ao ano de 1996 na sua totalidade e dos dados anteriores a 2000 de forma parcial, optou-se por utilizar a análise temporal dos dados para 2000 e 2010 com base nos recenseamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e nas séries históricas da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, analisando-se na próxima subseção as especificidades econômicas e territoriais das quatro regiões escolhidas, influenciadas pela imigração espanhola.

3.3 Análise gráfica dos indicadores

Os gráficos encontrados para as tabelas estatísticas buscam refletir o perfil da imigração espanhola e suas inserções e especificidades territoriais nas quatro regiões delimitadas para este trabalho, vislumbrando uma evolução temporal entre 2000 e 2010 com a população de imigrantes acumulada, consoante os dados estatísticos apresentados ao longo deste trabalho, em referência ao número de imigrantes espanhóis ingressados no Brasil e Rio Grande do Sul. Antes de iniciar-se a análise dos gráficos a seguir, é necessário explicar o porquê da divisão dessas regiões em quatro constituintes: Região 1, 2, 3 e 4. (BOX 1)

BOX1:

A denominada Região 1 refere-se à cidade de Porto Alegre, que foi o berço da imigração espanhola no Rio Grande do Sul e centro cultural e econômico desse grupo de imigrantes, conforme explicado na seção anterior, além de ocupar posição estratégica para os demais grupos imigratórios que aportaram no estado desde o início do século XIX.

A Região 2, constituída pelos municípios de Arroio dos Ratos, Butiá e São Jerônimo, integrantes estes da Região Carbonífera do Rio Grande do Sul, recebeu, conforme aponta Moure (1980), a imigração espanhola entre os períodos de maior fluxo migratório, com os imigrantes enquadrando-se entre o artesanato autossuficiente e a industrialização imigrante. Inferir-se-á a *posteriori* esta região como uma territorialidade intermediária entre a imigração artesanal antiga e a imigração industrial posterior, por isso a importância de englobar esses três municípios em uma única região.

Optou-se por incluir os municípios próximos à fronteira sul do Rio Grande do Sul, ainda que Lavras do Sul não tenha uma corriqueira interpretação de “cidade fronteiriça”, em uma região única, a Região 3, dada sua hispanidade nata, seja por influência uruguaia ou argentina, seja pelos próprios imigrantes espanhóis que lá criaram a segunda maior colônia espanhola no Rio Grande do Sul, atrás apenas de Porto Alegre. É uma região característica e ímpar nesse processo de análise, por isso sua importância territorial conclusiva.

A Região 4, composta pela cidade de Pelotas, é fundamentada no último reduto de imigrantes espanhóis que vieram ao Rio Grande do Sul, já na segunda metade do século XX e início do século XXI. Sua importância dá-se pela semelhança territorial, cultural, demográfica e econômica com a Região 1, mostrando assim um contraste significativo na análise que se seguirá com base nos gráficos apresentados.

Expostas as explicações de escolha das regiões acima, é mister iniciar a apresentação da análise dos resultados gráficos e empíricos encontrados nesta pesquisa.

3.3.1 Indicador Geral Dimensão Ecologia da Paisagem

Este indicador, proposto por Rodrigues et al. (2003), busca analisar especificamente o impacto territorial (ou da paisagem) dos grupos que se inseriram em um determinado local, sejam quais forem seus meios. A adaptação deste indicador para este trabalho mostrou-se necessária, em virtude das distintas configurações territoriais, culturas e econômicas que marcam a história e o processo de análise do Rio Grande do Sul ao longo do período a que corresponde este trabalho. Nesse sentido, o indicador proposto é calculado com base em uma adaptação do Índice de Shannon-Wiener, que é estimado através da fórmula adaptada abaixo e esboçado no gráfico 3, e obtido por meio da Tabela 4:

$$H' = \sum p_i \cdot \ln p_i$$

Onde:

$$p_i = n_i / n$$

Tendo-se as seguintes variáveis:

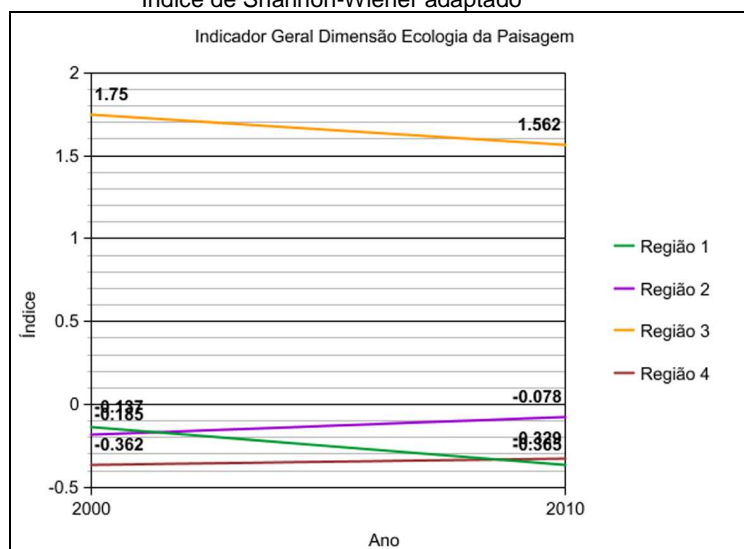
n_i = número de imigrantes espanhóis

N = população total da cidade

p_i = abundância relativa de imigrantes espanhóis

$\sum p_i$ = somatório para cada ano analisado

Gráfico 3 – Indicador Geral Dimensão Ecologia da Paisagem
Índice de Shannon-Wiener adaptado



Tal gráfico foi obtido por meio da tabela 4:

Tabela 4 – Indicador Geral Dimensão Ecologia da Paisagem para os anos de 2000 e 2010

Indicador Geral Dimensão Ecologia da Paisagem – Ano		
	2000	2010
Região 1	-0,137	-0,365
Região 2	-0,185	-0,078
Região 3	1,75	1,562
Região 4	-0,362	-0,329

É importante mencionar que, para este trabalho, o indicador possui um intervalo que varia de -0,5, que representa o menor impacto territorial da paisagem, até 2,0, que representa o maior impacto territorial da paisagem.

Destarte, observa-se uma sensível queda dos indicadores para as regiões 1 e 3 entre os anos de 2000 e 2010, justificada primordialmente pela forte redução de imigrantes espanhóis que vieram para as duas regiões acima nos dois anos analisados, e também pelo próprio processo de remigração apontado por Prochnow (2009) e Hatton e Williamson (1998).

A explicação para o fato de o impacto na paisagem (território) ter sido reduzido nesta análise temporal para a região 1 e 3, ainda que a região 3 seja onde, segundo a análise gráfica, a imigração espanhola teve maior participação nas reconfigurações territoriais, dá-se pela diminuição proporcional no número de imigrantes espanhóis nessas duas regiões, seguido pelo aumento populacional em ambas as regiões, crescimento este verificado nas quatro regiões.

Embora tenha ocorrido uma queda proporcional no número de imigrantes nas regiões citadas, a região 2, que é composta pelos municípios da região carbonífera do Rio Grande do Sul, foi a única que apresentou em uma das suas cidades, Butiá, um aumento no número de imigrantes espanhóis nesta série temporal, o que afetou diretamente a composição do índice, levando a um pequeno aumento do índice de -0,185 para -0,078. Os resultados da região 4,

que teve também um aumento do índice de -0,362 para -0,329, estão intimamente ligados à redução do índice da região 3, que foi de 1,750 para 1,562, em decorrência de uma imigração interna em busca de melhor qualidade de vida e de condições sociolaborais, devido à estagnação econômica da região 3 e ao crescimento econômico temporal da região 4, conforme observar-se-á adiante.

A análise deste gráfico deixa intrínsecas algumas inferências que foram semeadas ao longo da seção 5 no que tange a imigração espanhola no Rio Grande do Sul: a região 3, composta por municípios da fronteira sul do estado, é a que mais tem sido impactada pela imigração espanhola desde os seus primórdios, visto que essa região fora escolhida, comprovando a tese de Prado Junior (1994), como região de povoamento e reprodução econômica e social, já que historicamente era despovoada e economicamente inexplorada por gaúchos, portugueses e cisplatinos. Além de comprovada a tese de Prado Junior (1994), que justificava e diferenciava a imigração do Rio Grande do Sul em comparação aos demais estados brasileiros, estando implícita a imigração espanhola, observa-se que as regiões 1 e 2 trocam de posição ao longo do tempo, provando-se a hipótese do entre período da imigração espanhola no estado, visto o processo de industrialização citado na seção anterior. Logo, ambas as regiões, principalmente a região 2, mostram-se como uma territorialidade intermediária e provisória na consolidação e estabelecimento desse grupo migratório no estado. Por fim, a região 4 mostra sua observância quanto à linearidade do processo imigratório espanhol e sua atuação nessa região ao longo dos anos, servindo como refúgio sociolaboral para as demais três regiões, sendo, juntamente com a região 1, as duas regiões menos impactadas pelos atores da imigração espanhola, visto que tais cidades já possuíam seus processos sociais, econômicos e culturais estabelecidos desde o final do século XVII e início do século XVIII, muito tempo antes da chegada dos primeiros imigrantes espanhóis ao estado.

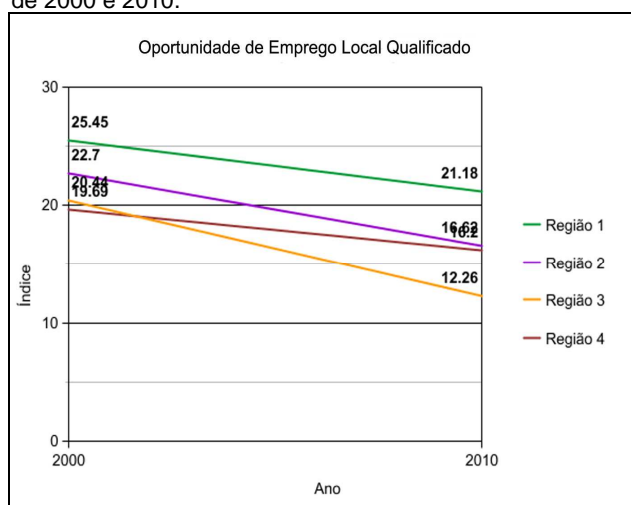
3.3.2 Indicador Geral Valores Socioculturais

O Indicador Geral de Valores Socioculturais, também uma adaptação do trabalho de Rodrigues et al. (2003), foi utilizado neste trabalho, por meio de quatro componentes (oportunidade de emprego local qualificado, população residente de imigrantes, acesso à educação, população rural), para demonstrar os principais impactos territoriais e econômicos através da intermediação das especificidades socioculturais das quatro regiões. Seguindo a lógica deste trabalho, que objetiva mostrar os impactos acima citados, é necessária uma interpolação da sociocultura e das especificidades intrínsecas a esta, como forma de transição da análise territorial para a análise econômica.

3.3.2.1 Oportunidade de emprego local qualificado

Este subindicador é calculado por meio da porcentagem do pessoal ocupado de cada componente da região em relação à população total de cada município, utilizando-se a metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o grupo em que se inserem os imigrantes espanhóis: pessoas de dez anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, cor ou raça branca, empregados com carteira de trabalho assinada. Conforme se interpreta de Zamberlam et al. (2009), esse seria o melhor grupo indicado para analisar um conjunto de imigrantes europeus nos séculos XX e XXI, obtendo-se o gráfico abaixo (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Oportunidade de emprego local qualificado (através da porcentagem de pessoal ocupado) para os anos de 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010).

Este gráfico corrobora as hipóteses resultantes da análise gráfica anterior, de impacto territorial, que agora se comprovam na análise do impacto laboral das comunidades imigrantes. Isso decorre exclusivamente em virtude da troca de posição das regiões 3 e 4 entre os dois anos analisados, provando-se uma redução da categoria à qual os imigrantes fazem parte por meio de sua porcentagem ocupada – para todas as regiões –, mas com a única troca de posição das citadas regiões 3 e 4. A região 3, que no ano 2000 ocupava o terceiro posto com 20,44% da categoria de ocupação, em que se inserem os imigrantes espanhóis, a chamada Categoria de Inserção dos Imigrantes Espanhóis (CIIE), caiu para 12,26% em 2010, ou seja, uma redução de 8,18 pontos percentuais, ao passo que a região 4 diminuiu de 19,69% de CIIE em 2000 para 16,20% em 2010, uma queda de apenas 3,42 pontos percentuais, o que a coloca acima da região 3. Justifica-se assim a hipótese de uma migração (ou imigração) interna dos próprios imigrantes espanhóis em busca de melhores condições sociolaborais após passado o período de exploração e inserção na territorialidade da região 3.

É importante destacar a sensível redução de CIIE da região 2, de 22,70% em 2000 para 16,62% em 2010, ou seja, 6,08 pontos percentuais. Essa situação também corrobora as hipóteses anteriores, da questão da característica intermediária e provisória da região 2, de onde, conforme os dados expostos, migrou o grupo imigrante espanhol para a região 4. Quanto à região 1, Porto Alegre, assim como a região 4, também registrou uma pequena redução percentual de CIIE entre 2000 e 2010, de apenas 4,27 pontos percentuais, levando à inferência prévia de que tanto a região 1 como a região 4 foram as menos impactadas pelas especificidades laborais dos imigrantes espanhóis em um primeiro momento, mas foram as que registraram o acolhimento destes posteriormente.

3.3.2.2 População residente de imigrantes

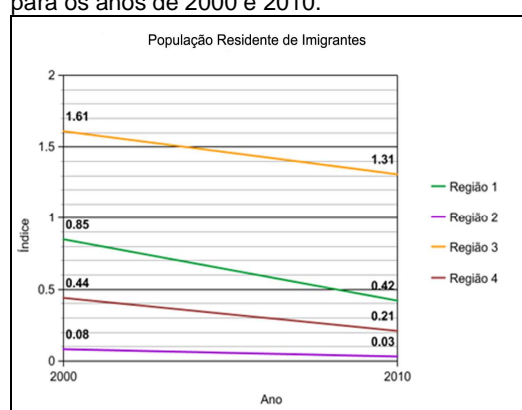
Este segundo subindicador é calculado por meio da porcentagem de imigrantes residentes em cada região, a partir da tabela de população residente por nacionalidade (estrangeiros) do IBGE nos anos utilizados para esta breve

análise. Esse subindicador utiliza-se da fonte do local de nascimento do habitante cruzada com a sua nacionalidade, e não necessariamente de onde este imigrou. Desta forma, é possível ocorrer uma distorção linear em relação aos demais gráficos, já que não se descarta a possibilidade de uma situação, *verbi gratia*, do cidadão ser um imigrante espanhol ou descendente deste, porém, nascido já no Brasil e ter migrado internamente para outra região do país ou outras situações peculiares como esta.

Contudo, a análise gráfica deixa subjetiva a hipótese da própria migração interna dos espanhóis e aquela tendência de regiões de intermediação de acolhimento de CIIE (Gráfico 5).

A primeira impressão que este gráfico apresenta é que as posições entre as regiões permanecem as mesmas ao longo do tempo, sendo assim um primeiro indicativo de que possa ter havido duas situações: a remigração ou imigração para outras regiões do Brasil e América do Sul após a consolidação da imigração espanhola no processo de industrialização do Rio Grande do Sul, conforme já apontava Moure (1980), ou a naturalização ou contabilização desses imigrantes como já sendo cidadãos brasileiros, ou ainda, utilizando a metodologia do IBGE, como cidadãos de outras nacionalidades (dada sua segunda cidadania ou descendência parental), radicados e/ou nascidos no Brasil.

Gráfico 5 – População residente de imigrantes (através da porcentagem de imigrantes residentes) para os anos de 2000 e 2010.



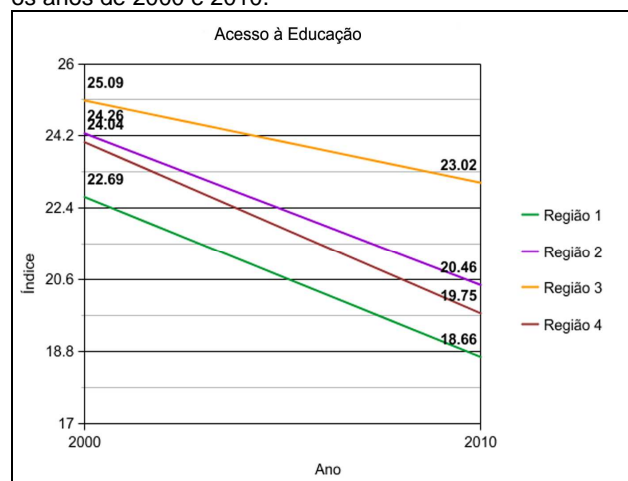
Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010).

O conjunto de dados do gráfico 5 mostra que o percentual de imigrantes residentes diminuiu com maior intensidade justamente nas regiões em que se verificara, por assim dizer, um êxodo destes. A região 1, em primeiro lugar, tivera uma redução de 0,43 pontos percentuais; em segundo lugar, a região 3, com uma redução de 0,30 pontos percentuais, seguida pelas regiões 4 e 2, respectivamente. Essa evolução temporal leva a crer em princípio que a hipótese do caráter intermediário da região 2 e do caráter de região final da região 4, aos imigrantes espanhóis, pode estar de acordo com essas inferências prévias, dada a sensível diminuição dos índices para as duas outras regiões. Em uma análise final, esses dados podem ser utilizados como um dos indicadores para a corroboração dessas hipóteses.

3.3.2.3 Acesso à educação

O terceiro indicador proposto para a análise dos valores socioculturais, bem como de seus impactos ocasionados pela imigração espanhola, que serão construídos no documento cartográfico na próxima subseção, aposta no acesso à educação, por meio do número de matrículas do grupo CIIIE e seu percentual da população total das quatro regiões em estudo deste trabalho. Conforme é sabido, os índices educacionais da Espanha são referências de ensino e politização não só na União Europeia, mas também em todo o planeta, refletindo-se essa circunstância em suas ex-colônias e, por dedução, nos locais que receberam imigrantes espanhóis. Assim, busca-se provar essa dedução para as quatro regiões aqui estudadas. Também é apropriado destacar que, no padrão utilizado pelo IBGE – matrículas na rede escolar –, é considerado apenas o número de matrículas na educação básica (ensino pré-escolar, fundamental e médio), onde este é constituído também por escolas de origem hispânica (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Acesso à educação (número de pessoas) para os anos de 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010).

O Gráfico 6 mostra um índice de matrículas na educação básica muito próximo, se comparado a nível nacional com outras regiões. A diferença do primeiro lugar, que é o mesmo nos dois anos, ocupado pela região 3 – novamente, a região que mais foi afetada territorialmente pela imigração espanhola no Rio Grande do Sul –, para a região 1 – a região menos impactada territorialmente, segundo abordado na subseção 6.2.1 -, que está em último lugar nos dois anos, é de 2,4 pontos percentuais em 2000 e 4,36 pontos percentuais em 2010, valores muito pequenos em comparação numa escala nacional.

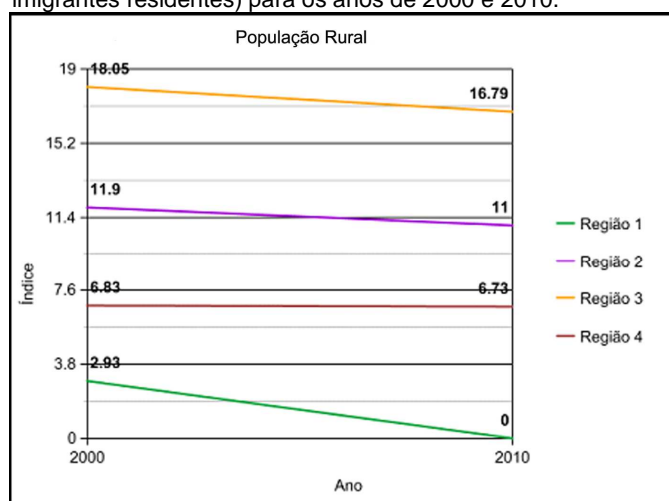
Além dessa característica, entre a região 1 e a região 3, em relação à ecologia e ao impacto da paisagem territorial, que continua fortalecendo a hipótese central desta seção, é importante destacar a curta distância em que se encontrava a região 2 – região intermediária, de transição ou provisória da imigração espanhola, conforme vem se debatendo nesta seção – e a região 4 – conhecida por ser um dos locais finais de estabelecimento destes imigrantes – na cruzada desses dados. Em 2000, refletindo as tendências do século XX, estas possuíam uma diferença de apenas 0,22 pontos percentuais, passando a ter uma considerável diferença de 0,71 pontos percentuais em 2010, ou seja,

aproximadamente meio ponto percentual de diferença. Certamente esses dados não podem comprovar isoladamente a tendência hipotética deste subindicador; contudo, servem como aparato referencial e estatístico para a grande conclusão final.

3.3.2.4 População rural

O quarto e último índice deste indicador de transição da dimensão dos valores socioculturais foi escolhido por representar as características de urbanidade e ruralidade das três regiões, que serão confrontadas com os subindicadores da dimensão dos valores econômicos, na próxima subseção. Além dessa constatação, este subindicador serve como parâmetro para mostrar a linearidade, à exceção da região 1, da população rural das regiões em análise, comprovando a hipótese de que foi a população urbana imigrante espanhola quem impactou, executou suas especificidades e remigrou ou migrou internamente para outras regiões, conforme demonstra o gráfico abaixo (Gráfico 7).

Gráfico 7 – População rural (através da porcentagem de imigrantes residentes) para os anos de 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010).

À exceção, novamente, das regiões 2 e 4, que mantiveram um padrão de linearidade de suas populações rurais no período em análise, comprovando-se tacitamente, porém ainda *a priori*, seus caracteres de provisoriabilidade e *ultimo locus*, a região 1 apresenta uma zerificação de sua zona rural, o que é explicado por Folch, París e Reñaga (1999) como uma zona rururbana:

El espacio rururbano es el espacio rural dedicado, en la práctica, a usos industriales o urbanos. Es el fragmento de territorio que, calificado como no urbano en los planes urbanísticos, se ve ocupado por invernaderos, líneas de conducción eléctrica, almacenes agrícolas, albercas y canales de riego, etc. (FOLCH; PARÍS; REÑAGA, 1999).

Com essa nulidade de zona rural, não é possível inferir que a população imigrante tenha se transferido ou não para as demais regiões em análise, tratando-se assim de um desalinhamento localizado às demais hipóteses e indicadores nessa condução inferencial.

Todavia, a região 3 apresenta uma redução considerável de 1,26 pontos percentuais em sua zona rural para o período em análise, redução esta que já segue uma temporalidade histórica, conforme já apresentava Becker (1958). Como nenhuma das quatro regiões apresentou crescimento da zona rural, é importante destacar o crescimento da zona urbana em seu íterim, por meio da dimensão dos valores econômicos que se asseverarão na próxima subseção. Segue-se assim, ainda sólida, a hipótese central desta seção sobre os impactos e fins da imigração espanhola no Rio Grande do Sul, com suas especificidades de impacto na região 3, de caráter provisório e intermediário na região 2, de lugar final de estabelecimento na região 4 e de mínimo impacto na região 1, além de seu caráter geral contributivo na industrialização do Rio Grande do Sul e comprovação da tese de Prado Junior (1994).

3.3.3 Indicador Geral Valores Econômicos

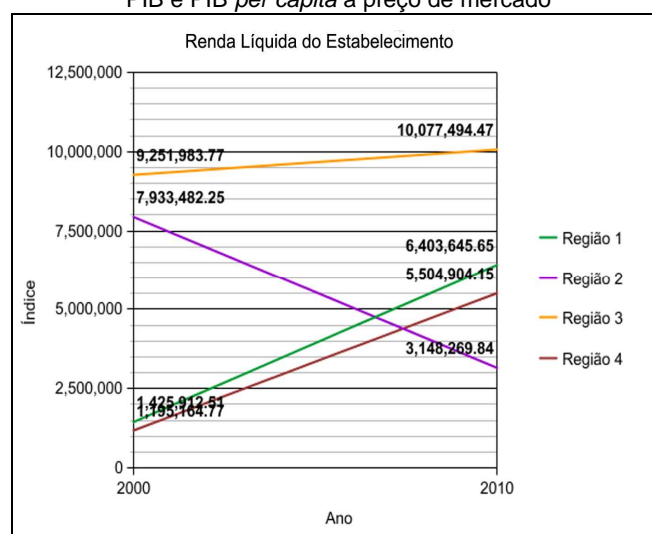
Para completar essa análise tríplice, composta pelos impactos territoriais, sociolaborais e econômicos, tem-se a configuração do Indicador Geral Valores Econômicos, que aborda estritamente o impacto econômico e demográfico das populações imigrantes em dado território. Para a composição deste indicador, utilizaram-se três subindicadores com registros gráficos que se analisarão em seguida, ratificando as hipóteses centrais deste trabalho, também corroboradas com os subindicadores e indicadores anteriores.

3.3.3.1 PIB por imigrante

O primeiro subindicador escolhido para a análise deste Indicador Geral Valores Econômicos apresenta-se como um dos mais dinâmicos de todas as análises gráficas já realizadas no presente trabalho. Este é constituído da renda líquida do estabelecimento (neste caso adaptado pelo PIB do município e depois a média do conjunto da região) dividida pelo número de imigrantes acumulado ao ano. Essa análise nos fornece um retrato da situação econômica da região e suas oscilações ao longo do tempo, ponderadas por questões sociolaborais e territoriais, sendo portanto uma das três bases deste grande estudo, conforme se observa no gráfico abaixo elucidado (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Renda líquida do estabelecimento (PIB por imigrante) para os anos de 2000 e 2010.

PIB e PIB *per capita* a preço de mercado



Fonte: Fundação de Economia e Estatística – Série histórica.

Os dados adquiridos através da Série Histórica do PIB da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, bem como através dos Censos de 2000 e 2010 do IBGE, mostram-nos um interessante cenário evolutivo do PIB por imigrante para os dois anos em análise. A começar pela região 3, já aqui caracterizada como a região de maior impacto territorial da imigração espanhola, que sofrera uma oscilação positiva do seu PIB por imigrante em mais de oitocentos mil reais, uma variação considerável, vislumbrando a diferença de imigrantes lá residentes entre os dois anos. É notório destacar a forte troca de posições no *ranking* das regiões que em 2000 ocupavam este posto: 1º) Região 3; 2º) Região 2; 3º) Região 1; 4º) Região 4; e em 2010 esta era a nova composição: 1º) Região 3; 2º) Região 1; 3º) Região 4; 4º) Região 2.

Essa mudança de posições corrobora as afirmações hipotéticas anteriores que aqui se explicam sob a ótica econômica: a região 3, mesmo sofrendo uma redução do seu número acumulado de imigrantes espanhóis residentes, manteve sua posição de destaque, ocupando em primeiro lugar com o maior subindicador PIB por imigrante, o que nos leva a uma incipiente inferência de que esta foi uma região neutra quanto ao impacto econômico da imigração espanhola ao longo do tempo.

A súbita troca de posições da região 2 leva-nos a uma forte tendência de comprovação de sua característica transitória (ou intermediária) de impacto da imigração espanhola tanto em uma síntese territorial, como sociolaboral e econômica, dada sua diferença de 4,8 milhões de reais entre 2000 e 2010. Esse reflexo do PIB por imigrante, além de evidenciar fortemente a ratificação dessa hipótese, está intimamente ligado à troca de posição por que passara a região 4, considerada por este trabalho como a região final de estabelecimento dos imigrantes espanhóis no Rio Grande do Sul. A região 4 sofrera uma oscilação de semelhante intensidade – aproximadamente R\$ 4,3 milhões entre os anos em análise – porém, positiva, em relação à região 2, o que justificaria com maior evidência e clareza sua tendência de *ultimum terra*.

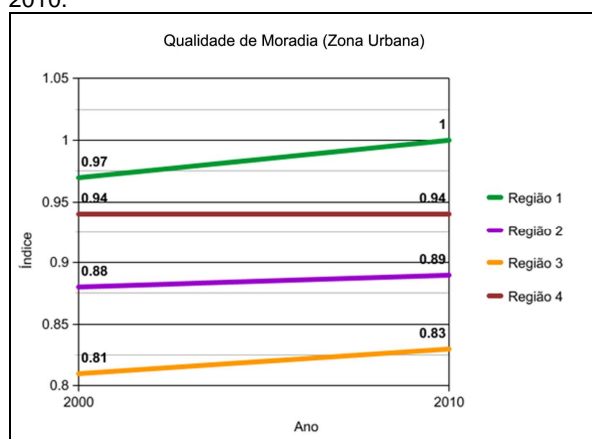
Por fim, a região 1, composta pela cidade de Porto Alegre, apresenta também uma interessante troca de posição, saindo do penúltimo lugar em 2000 para o segundo lugar em 2010, com uma oscilação positiva de quase

cinco milhões de reais, fator este que não se explica diretamente pela presença de imigrantes espanhóis, e sim pela indireta expansão da indústria, comércio e serviços nas cercanias da região metropolitana de Porto Alegre, que impulsionou fortemente seu PIB líquido.

3.3.3.2 Qualidade da moradia (zona urbana)

Este segundo subindicador qualifica a proporção de domicílios da zona urbana em proporção ao número total de domicílios da região em análise, servindo como base, ainda que não diretamente específica, para a quantificação dos imigrantes espanhóis lá residentes e para a aferição das mudanças estruturais econômicas e territoriais de cada região, que contribuem às especificidades dos três indicadores gerais deste trabalho; seguindo esta lógica, o gráfico abaixo também aduz algumas peculiaridades (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Qualidade da moradia (através da proporção dos residentes em zona urbana) para os anos de 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010).

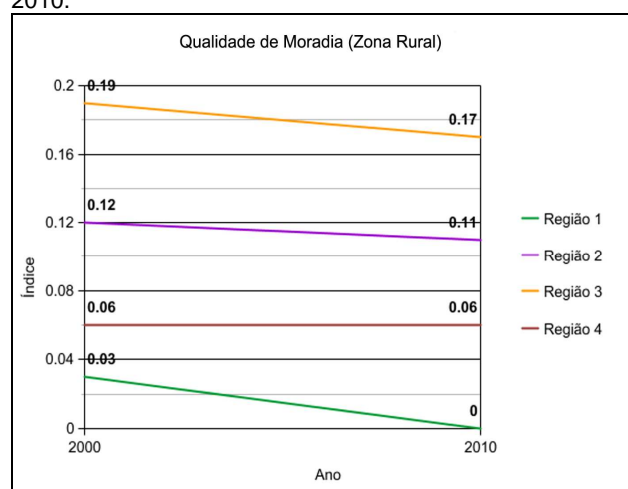
Esse esquema gráfico ministra a interpretação de uma coerência linear ao longo do tempo, sem expressivas alterações na composição urbana de cada cidade – não confundindo-se com urbanística –; todavia, essa mesma sensível oscilação positiva poderia levar-nos a uma inferência de que seu pequeno crescimento dera-se também em prol da migração interna dos próprios imigrantes espanhóis, fator este já observado na apreciação dos demais gráficos anteriores.

Klein (1994) já alertava sobre a possibilidade de uma migração entre zona rural e urbana e até mesmo entre cidades do mesmo estado de imigrantes espanhóis em busca de melhores condições econômicas e sociolaborais. Embora arriscada, essa afirmação poderia transcender e corroborar as pequenas variações acima, que neste ínterim, apresentam-se em um escopo muito pequeno de mudança de número de habitantes e afins, propriamente dito como a imigração espanhola *sui generis*.

3.3.3.3 Qualidade da moradia (zona rural)

O último subindicador deste esquema analítico apresenta as mesmas bases metodológicas de estudo do seu anterior, embora siga a análise exclusiva da proporção da zona rural. Semelhantemente ao gráfico anterior, esta série temporal também oscila em toda sua composição, porém negativamente, à exceção, mais uma vez, da região 4, que permanecera inalterada nos dois subindicadores (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Qualidade da moradia (através da proporção dos residentes em zona rural) para os anos de 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010).

Conforme o gráfico se apresenta, tem-se que as diferenças ao longo do tempo foram as mesmas que ocorreram com a zona urbana, apenas com valores um pouco distintos, mas seguindo a mesma tendência sempre. O aspecto relevante que esses dois subindicadores trazem é a constante linearidade da região 4 na evolução ao longo do tempo, o que poderia ser elucidado junto com Becker (1958) sobre a estabilização das colônias imigrantes acompanhando o desenvolvimento da indústria rio-grandense que Dacanal (1980) nos apresenta. Logo, as oscilações das demais regiões neutralizariam a região 4 por seu caráter de local final, por assim dizer, de estabelecimento dos imigrantes espanhóis ao longo do século XX até o ano de 2010, já no século XXI.


Com a análise e estudo limitado e prévio, porém importante, desses subindicadores e indicadores gerais, é possível, por meio destes, em conjunto com uma amalgamação das teorias e historiografia presentes nas seções anteriores, construir o documento cartográfico com as potencialidades do método, análise dos resultados e a *posteriori* inferências sobre os reais impactos da imigração espanhola no Rio Grande do Sul, utilizando-se cada um em prol da proposta deste trabalho no que concerne aos impactos econômicos e territoriais, na sua generalidade, e sociolaborais no seu intermédio, o que se discutirá na última subseção a seguir.


3.4 Construção do documento cartográfico


Objetivando vislumbrar cartograficamente e elucidar as representações gráficas anteriores dos três impactos abordados neste trabalho (territorial, sociolaboral e econômico), criaram-se dois instrumentos (documentos) cartográficos, um para o ano 2000 e outro para 2010, a fim de ilustrarem-se as asserções acima citadas.

Apresentam-se assim dois instrumentos cartográficos do Rio Grande do Sul, onde são ressaltadas as quatro regiões, e em cada região, coloca-se o número de ícones correspondentes; assim, o leitor poderá visualizar onde cada impacto foi maior ou menor, dadas as interpretações gráficas de cada indicador e subindicador versadas na subseção anterior.

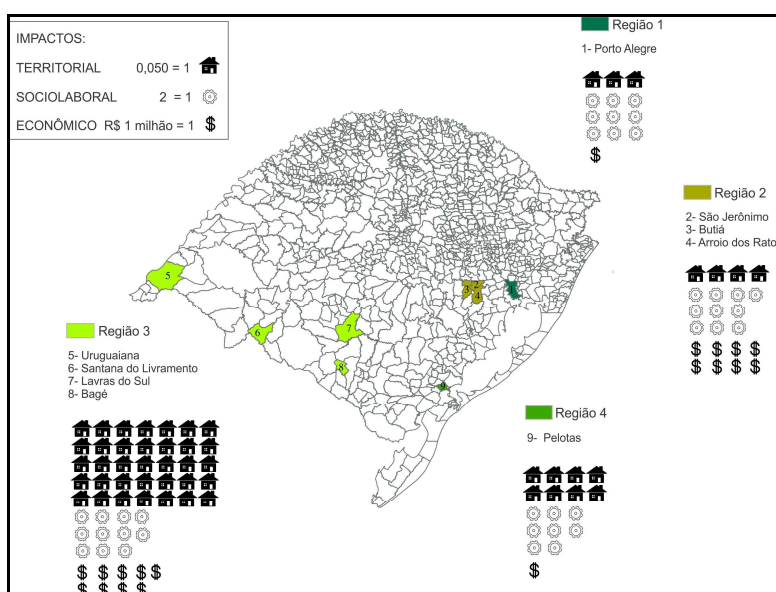
A título de melhor compreensão gráfica e interpretação visual de cada impacto, optou-se pela utilização dos ícones abaixo para cada tipo respectivo:

 = impacto territorial, onde a escala baseada nos resultados da dimensão ecologia da paisagem de cada região assim apresenta-se: índice 0,050 = 1 unidade;

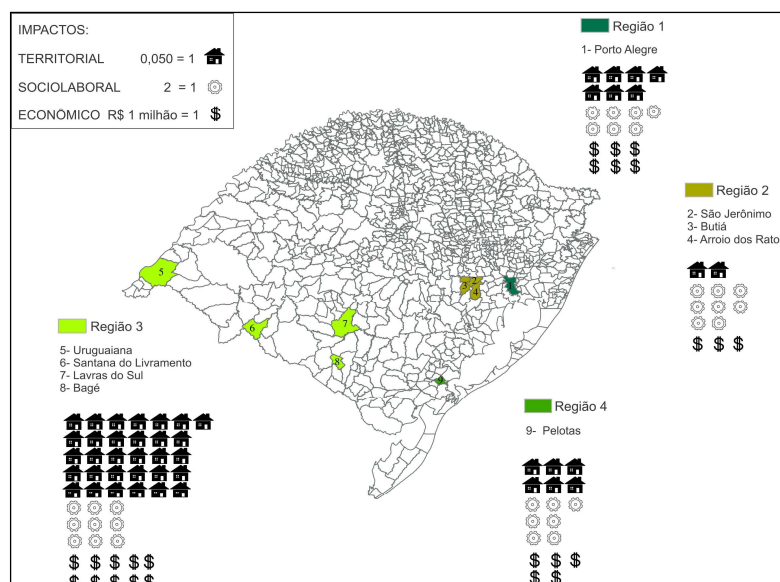
 = impacto sociolaboral, onde a escala baseada na média ponderada dos subindicadores (oportunidade de emprego local qualificado, acesso à educação e população rural) de cada região assim apresenta-se: índice ponderado 2 = 1 unidade.

 = impacto econômico, onde a escala baseada no subindicador PIB por Imigrante representa a evolução histórica por meio desta representação: R\$ 1 milhão = 1 unidade.

3.4.1 Documento cartográfico I: intensidade dos impactos da imigração espanhola no Rio Grande do Sul em 2000



3.4.2 Documento cartográfico II: intensidade dos impactos da imigração espanhola no Rio Grande do Sul em 2010



3.4.3 Potencialidades dos documentos cartográficos

Os documentos cartográficos anteriores representam as mesmas inferências já asseveradas nas análises gráficas pretéritas neste trabalho. É importante ressaltar que tais potencialidades servem como base também para futuros estudos acerca de outros impactos imigratórios, em qualquer região do planeta.

Com esta metodologia é possível ilustrar especificidades territoriais, econômicas e sociolaborais de um determinado grupo imigratório para um território específico. Destarte, com essa nova possibilidade, insere-se à luz de nova base metodológica e de referências para futuras políticas públicas de imigração e para a própria política externa de um país voltada à imigração, explorando potencialidades territoriais de uma região propícia ao recebimento de novos fluxos imigratórios e também para apresentar um laudo de referência de regiões onde um reforço imigratório contíguo seria danoso ao plano de desenvolvimento regional e nocivo às especificidades culturais, econômicas e territoriais de dita região.

A análise de apenas três impactos para essas quatro regiões nos dois anos específicos também serve para mostrar o potencial de especificação da cartografia econômica e demográfica, revelando aspectos que muitas vezes a análise gráfica e empírica histórica acaba ocultando pelas suas próprias metodologias de diagnóstico. Todavia, a construção do documento cartográfico deve seguir um padrão analítico, respeitando tanto a série temporal que o perfaz como os dados auferidos para sua elaboração.

Finaliza-se assim esta seção com a contribuição, ainda que incipiente, da cartografia como complemento à análise desenvolvida ao longo deste trabalho, possibilitando uma comprovação das inferências trabalhadas em todas as seções e, principalmente, nos gráficos que antecederam aos dois documentos cartográficos. Deve-se ressaltar que

a cartografia e a análise gráfica não são os únicos instrumentos disponíveis para a comprovação das hipóteses teóricas deste trabalho, e não devem ser analisados pontualmente, mas sim em um grande conjunto, como se propôs este texto para discussão, vislumbrando potenciais analíticos e políticos da imigração como um processo.

4 Conclusão

A análise dos fatores externos e internos que determinaram a imigração espanhola no estado do Rio Grande do Sul corroboram a hipótese de Prado Junior (1994) de que a imigração no Rio Grande do Sul teve um caráter não só econômico e político, mas principalmente territorial, de caráter ocupacional.

Após a investigação acurada das atividades econômicas específicas de atração dos espanhóis no território gaúcho, inferindo-se que a imigração espanhola, conforme Moure (1980) já apontava, foi determinante para a industrialização do Rio Grande do Sul, passando da mão de obra artesanal até a indústria estadual, tendo como região de concentração a região 2, ou a região carbonífera do estado.

O estabelecimento dos parâmetros do impacto da imigração espanhola na comunidade sul-rio-grandense, a partir de suas especificidades territoriais, econômicas e sociolaborais, e a mensuração da intensidade desses indicadores de impactos imigratórios no RS, permitiu concluir que a imigração espanhola tivera um caráter excepcionalmente contributivo e indispensável para a amalgamação do que hoje é a especificidade socioeconômica gaúcha.

Também se inferiu e comprovou a hipótese de que a comunidade espanhola no estado do Rio Grande do Sul, além de contribuir para a cultura e tradições regionais, através de seu aspecto sociolaboral, consolidou especificidades e configurou características territoriais exclusivas, dentre elas, de cunho territorial-econômico, conforme se concluiu da apresentação dos gráficos e suas respectivas análises na penúltima seção e na anterior a estas inferências finais, tendo como inferência-mor a clara divisão das regiões que acolheram a imigração espanhola no Rio Grande do Sul quanto as suas finalidades. Tal divisão resultou nas seguintes regiões: Região 1 – região menos impactada territorialmente pela imigração espanhola no século XX e início do século XXI, porém, expressivamente representada na questão econômica –; Região 2 – região de transição, provisória e intermediária da imigração espanhola no estado, sendo a região destaque no que concerne também ao período de evolução da economia gaúcha artesanal para a industrialização do estado –; Região 3 – região que mais sofreu os impactos territoriais dessa imigração, mas que cumpriu com a hipótese deste autor e de Prado Júnior acerca do caráter diferenciado da imigração no Rio Grande do Sul; e Região 4 – onde a imigração espanhola encerrara-se e concentrara-se no seu *ultimo locus*, e onde as condições sociolaborais também foram expressadas sensivelmente.

Em alusão à hipótese acerca da reprodução das especificidades laborais e de ocupação do território por parte dos espanhóis, pode-se tomar como uma inferência prévia, porém sem a plenitude de sua certeza – visto que não foram encontradas explicações convincentes na literatura de referência –, que esses imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul, em especial às regiões 2 e 3, reproduziram fielmente as condições de vida (em todas suas esferas sociais) que tinham em seu local de origem na Espanha, situação esta ensaiada por Coelho (2002) e Klein (1994).

Neste caso, essa hipótese ainda carece de uma comprovação retórica confiável, mas os indícios que apontam para ela podem e serão necessários para um estudo futuro restrito a esse questionamento.

Por fim, quanto à questão de política imigratória, fica pouco explícito, porém é citado, que esta foi importante no processo de vinda desses espanhóis ao Rio Grande do Sul, mas não havia sido o fator primordial e exclusivo para essa imigração. O que este trabalho leva como inferência é que os espanhóis vieram para cá muito mais como uma alternativa qualificada e melhorada às suas necessidades de vida do que em decorrência de uma simples política imigratória do governo da época. Assim, o objetivo, a finalidade principal dessa imigração espanhola ao Rio Grande do Sul foi: a operação, reprodução e manutenção dos territórios fronteiriços, com fins políticos, econômicos, sociais e territoriais; e a conservação e melhoria das condições acima explicitadas dos próprios espanhóis que optaram por imigrar especificamente ao Rio Grande do Sul e às suas quatro regiões delimitadas anteriormente.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003. v. 1. 149 p.

ARROYO, Angel Antônio Gómez del. Os espanhóis na formação e povoamento do Rio Grande do Sul. In: BECKER, Klaus. **Enciclopédia rio-grandense**. Canoas: Regional, 1958. cap. 4, p. 207-252.

BECKER, Klaus (Org.). **Enciclopédia rio-grandense: Imigração**. Canoas: Regional, 1958. 5 v.

BONENTE, Bianca Imbiriba; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Há uma nova Economia do Desenvolvimento? **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, n. 1, p.77-100, jun. 2008. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/6729/8040>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

BRASIL. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM601.htm>. Acesso em: 22 jul. 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto n. 53.998, de 3 de julho de 1964**: Acordo de Migração entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Estado Espanhol. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Informações. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextolIntegral.action?id=89079&norma=114895>>. Acesso em: 26 maio 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 30 ago. 2012.

DACANAL, José Hildebrando. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 280 p. (Série Documenta, 4).

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização**: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. 373 p. (Sociedade e Educação).

- FLIGSTEIN, Neil. **Social Skill and the Theory of Fields**. Disponível em: <http://www.irlle.berkeley.edu/culture/papers/Fligstein01_01.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2012.
- FOLCH, Ramon; PARÍS, Antoni; REÑAGA, Laura. **El espacio territorial metropolitano, un bien escaso**. Barcelona, 1999. Disponível em: <<http://www.erf.cat/cas/fconcepte/c081.html>>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: Graziano da Silva, José; WEID, Jean Marc Von der; BIANCHINI, Valter. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: NEAD, 2001. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br>>. Acesso em: 26 de jul. 2012.
- _____. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Campinas: IE/Unicamp, 2001.
- HATTON, Timothy J.; WILLIAMSON, Jeffrey G. **The age of mass migration: causes and economic impact**. New York: Oxford University Press, 1998. 301 p.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 256 p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/23574507/IANNI-Otavio-A-era-do-globalismo>>. Acesso em: 01 jul. 2012.
- KLEIN, Herbert S. **A imigração espanhola no Brasil**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Sumaré, 1994. 112 p. (Série Imigração).
- MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José Hildebrando et al. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. (Série Documenta, 4). cap. 4, p. 91-113.
- OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. **Os espanhóis**. Sorocaba: TCM, 2002. 176 p.
- ORTEGA, Antonio César (Org.). **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas: Alínea, 2007. 262 p.
- ORTEGA, Antonio César. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p.275-300, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032007000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 jul. 2012.
- ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. 308 p.
- PATARRA, Neide Lopes. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. 200 p.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 364 p.
- PROCHNOW, Lucas Neves. **Memórias, narrativas e história: a imigração espanhola recente em Porto Alegre**. 2009. 328 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. 410 p.
- RODRIGUES, Geraldo Stachetti et al. **Avaliação de impacto de atividades em estabelecimentos familiares do novo rural**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003. 46 p. (Boletim de pesquisa e desenvolvimento). Disponível em: <http://www.cnpma.embrapa.br/download/boletim_17.pdf>. Acesso em: 28 out. 2012
- VARGAS, Iolanda Guimarães. **História da sociedade espanhola de socorros mútuos de Porto Alegre**. 1979. 448 f. Dissertação (Mestrado em História da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979.

WEBER, Regina. Galegos no sul do Brasil: alternativas na América. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 83-109, jul. 2010a.

WEBER, Regina. Manifestações identitárias de imigrantes espanhóis no Sul do Brasil. In: MARTINS, Ismênia de Lima; HECKER, Alexandre. **E/imigrações**: histórias, culturas, trajetórias. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010b. cap. 9, p. 133-150.

WEBER, Regina et al. **Pesquisas sobre a imigração espanhola no Rio Grande do Sul**. s/d. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nph/arquivos/Pesquisas%20sobre%20a%20imigra%C3%A7%C3%A3o%20espanhola%20no%20Rio%20Grande%20do%20Sul.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2012.

ZAMBERLAM, Jurandir et al. **Desafios das migrações**: buscando caminhos. Porto Alegre: Sólidus, 2009. 84 p.